

ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA REGIONAL: PROPOSTAS DECOLONIAIS PARA ESCOLAS DE ELÓI MENDES/MG

Gustavo Uchôas Guimarães ¹

Ivone Antonia da Silva ²

RESUMO: Este trabalho é um desdobramento da dissertação de mestrado defendida por Guimarães (2024), que investigou as contribuições históricas, culturais, sociais e econômicas dos povos indígenas que habitaram ou passaram pela bacia hidrográfica do rio Verde, no sul de Minas Gerais. Além disso, detectou e analisou o conhecimento de professores do município de Elói Mendes/MG, localizado nessa bacia, sobre tais contribuições. Com base no conceito de decolonialidade (Maldonado-Torres, 2018), este estudo aborda propostas para a prática docente com História Indígena regional no município de Elói Mendes, com possibilidade de adequação das propostas às mais diversas realidades educacionais. O resultado é a construção e sugestão de estratégias práticas para a formação de professores e o desenvolvimento de temáticas indígenas com os alunos, como a análise de documentos históricos, acesso monitorado a materiais arqueológicos em museus da região, discussões sobre diversos pontos de vista, oficinas, pesquisas na internet e palestras. Essas ações buscam auxiliar os professores (especialmente os das séries iniciais e os de História das séries finais do Ensino Fundamental) no cumprimento da Lei Federal nº 11645/2008, com a promoção da diversidade étnico-cultural que caracteriza a formação da região estudada, bem como do Brasil como um todo.

Palavras-chave: História Indígena, Regionalidade, Formação docente, Decolonialidade.

INTRODUÇÃO

Na atualidade, muitos autores têm discutido e proposto perspectivas decoloniais para o ensino de História, em especial quanto a abordagem sobre os povos indígenas. Por decolonialidade, esse estudo entende como a “luta contra a lógica da colonialidade³ e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos” (Maldonado-Torres, 2018, p. 36). Aplicado ao ensino de História, a decolonialidade pode ser trabalhada em práticas docentes que ressaltam culturas, saberes e símbolos de diversos grupos humanos marginalizados pela colonialidade, como os povos indígenas da América e os povos africanos que sofreram inúmeras violências, ao longo dos últimos cinco séculos, em consequência da expansão europeia sobre o resto do mundo. Ressaltar culturas, saberes e símbolos, no entanto, não é apenas um exercício de lembrar

¹ Doutorando em Ciências da Educação da Universidad Del Sol – UNADES, Paraguai, gustavoemarieli19@gmail.com;

² Professora orientadora: Doutora em Ciências da Educação pela Universidad Tecnológica Intercontinental – UTIC (Paraguai), Professora na Universidad Del Sol – UNADES (Paraguai), ivonesilvape@hotmail.com.

³ O autor define colonialidade como “uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais” (Maldonado-Torres, 2018, p. 36), tendo sido fundada a partir da “descoberta” da América e das formas de escravidão decorrentes da colonização europeia em solo americano.



da existência desses elementos, mas de assumir o compromisso com o combate aos preconceitos resultantes do eurocentrismo. Além disso, é importante promover, pelo conhecimento desses elementos em um determinado lugar e período, a consciência do quanto estão presentes na realidade dos alunos.

Esse estudo desdobra abordagens feitas na dissertação de mestrado defendida por Guimarães (2024), que reuniu informações sobre aspectos históricos, culturais, sociais e econômicos da presença indígena na bacia do rio Verde, sul de Minas Gerais (ver Figuras 1 e 2), e analisou, após detectar por meio de questionário, o conhecimento sobre a temática por parte de professores da rede municipal de Elói Mendes, município sul-mineiro abrangido pela bacia do rio Verde.



FIGURA 1: Mapa das bacias hidrográficas de Minas Gerais. FONTE: Agência Nacional de Águas (ANA) - <https://progestao.ana.gov.br/acoes-estados/mg> Acesso em 17.fev.2023.



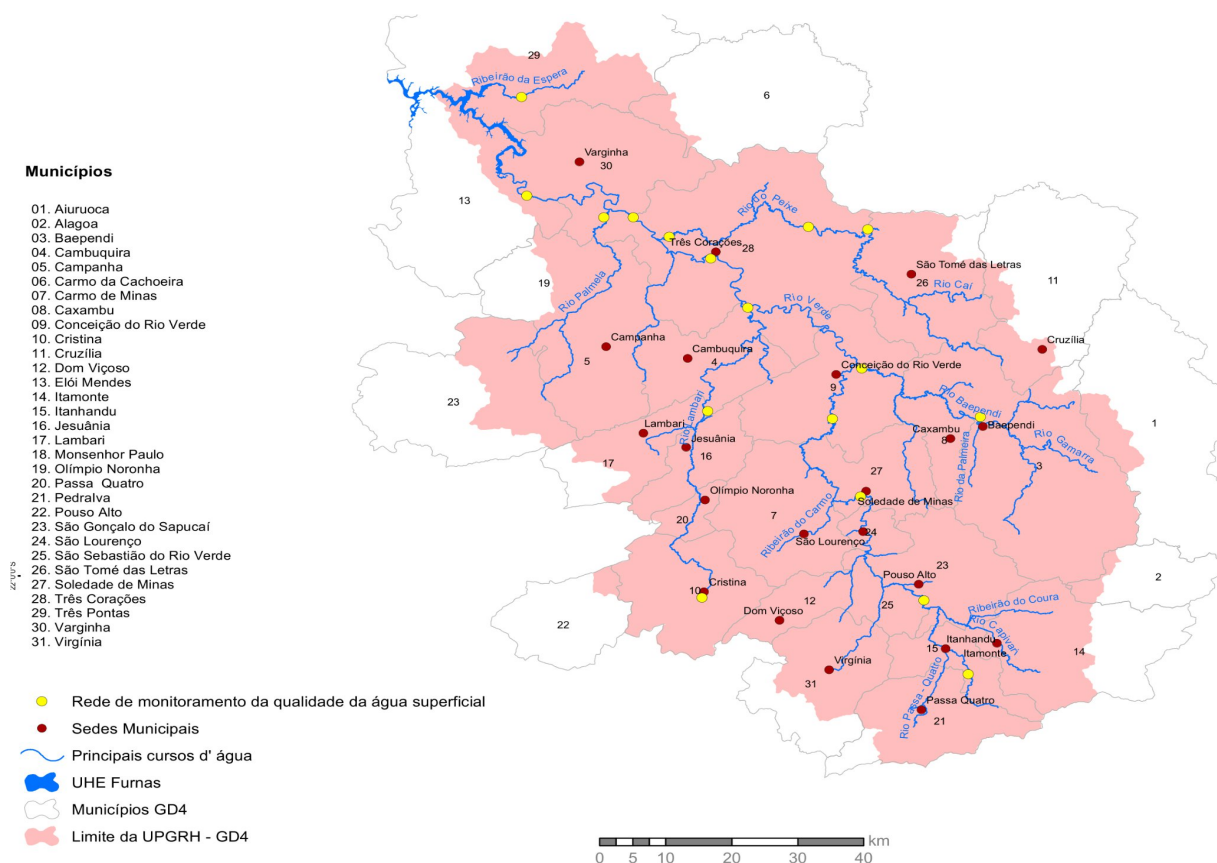


FIGURA 2: Mapa da bacia hidrográfica do rio Verde.

FONTE: IGAM. Instituto Mineiro de Gestão das Águas. **Índice de qualidade das águas**. IGAM, 2020.

A partir da mencionada dissertação de mestrado e da perspectiva decolonial em Maldonado-Torres (2019, p. 27-54), esse estudo propõe práticas docentes que se pretendem decoloniais para aplicação em escolas de Elói Mendes, sul de Minas Gerais. As propostas podem ser adaptadas para contemplar diversas realidades educacionais.

O primeiro capítulo, intitulado “Breve histórico da presença indígena na bacia do rio Verde”, mostra, de forma sintética, o que vem sendo pesquisado na região sob as perspectivas histórica e arqueológica. O segundo capítulo, com o título “Abordagens decoloniais na escola”, aborda propostas de práticas docentes no ensino de História Indígena regional.

BREVE HISTÓRICO DA PRESENÇA INDÍGENA NA BACIA DO RIO VERDE

Ao longo dos últimos dois séculos, produções na região da bacia do rio Verde mencionavam a presença indígena, para explicar a origem de uma localidade ou remeter a um passado que não mais existia graças a chegada da civilização (em uma perspectiva europeia: língua portuguesa, religião católica, costumes europeus, entre outros elementos). É o caso, por



exemplo, das edições do *Almanack Sul-Mineiro* (1874 e 1884), organizadas pelo jornalista Bernardo Saturnino da Veiga, que menciona a presença indígena regional através de anedotas sobre a origem de localidades (Veiga, 1874, p. 281, 395-396 e 425). Ou ainda, Lefort (1996, p. 7-8) contrapõe o indígena feroz e de “temperamento agressivo” e o português, “destemido sertanista” que o combateu. Essas visões – e de outros escritores da região – afirmavam um extermínio dos indígenas na bacia do rio Verde, deixando o “nosso Sertão [...] ainda deserto”, como escreveu, no início do século XX, o memorialista Luís Barcellos de Toledo (Teixeira, 2013, p. 296).

Na década de 1960, o artigo “Achados arqueológicos na região de Varginha”, do médico Alcebiades Viana de Paula, trouxe importantes informações materiais sobre a presença indígena na bacia do rio Verde, mais especificamente nos municípios de Varginha e limítrofes (Paula, 1967). Isso foi aprofundado com pesquisas do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) que, em Varginha, foram coordenadas por Ondemar Dias, que detalhou achados na região, especialmente pinturas rupestres e materiais cerâmicos (Dias, 1971, p. 133-145). Outro trabalho arqueológico de destaque na região foi realizado pela Zanettini Arqueologia que, em Varginha, encontrou mais de 600 peças – quase todas cerâmicas – produzidas por indígenas presentes na região (Zanettini, 2017). Por fim, o projeto Cataguá nas Catanduvás – integrado pelos arqueólogos Otávio Augusto Freitas e Sérgio Serva Rocha e pelo historiador Gustavo Uchôas Guimarães – realiza, desde 2020, pesquisas em torno da presença indígena na bacia do rio Verde, integrando arqueologia e história para levantar dados e aprofundar análises na região (Freitas e Guimarães, 2022). Aliás, o historiador Gustavo Uchôas Guimarães, integrante do projeto, desenvolve pesquisas sobre a presença indígena na região desde 2015, com várias produções a respeito do tema⁴.

O que foi até aqui mencionado permite traçar um breve panorama histórico da presença indígena na bacia do rio Verde. A ocupação da região começou com caçadores e coletores, como evidenciam pinturas rupestres encontradas em algumas localidades. Por volta de 2000 anos atrás, chegam à região grupos de agricultores e ceramistas (Freitas e Guimarães, 2022, p. 5), cuja presença é evidenciada por vestígios arqueológicos encontrados em várias localidades e presentes em alguns museus (por exemplo, o Museu Municipal de Varginha). Esses agricultores e ceramistas estavam na bacia do rio Verde quando da chegada dos primeiros exploradores e colonizadores, a partir do século XVII, como se vê em relatos de memorialistas

⁴ Para uma síntese dessas produções: Guimarães, 2024.



que atestam os encontros entre indígenas e bandeirantes (Guimarães, 1985; Lefort, 1996; etc).

Segundo Guimarães (2019; 2025), levantando dados de historiadores e memorialistas, a bacia do rio Verde teve presença de indígenas de grupos denominados Puri, Coroado, Cataguá e Carijó⁵. A etnia Puri está presente nos estados do Sudeste, com sua língua pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê (Centro de Memória do Povo Puri, s/d); hoje, vivem processo de ressurgência, depois de perseguidos e terem suas terras tomadas desde o século XVII (Ferreira e Barbosa, s/d). O nome Coroado é objeto de discussões: Aguiar (2010, p. 204-205) aborda as divergências sobre a origem dos Coroado – norte do Rio de Janeiro, Minas Gerais ou interior de São Paulo – e diferenças com os Puri; Oliveira (2012, p. 12-13) fala das divergências entre viajantes e cronistas que atribuíam o nome Coroado a qualquer grupo que cortasse o cabelo lembrando uma coroa, embora o mesmo nome seja também atribuído a um povo de língua do tronco Macro-Jê que habitava regiões de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (Lemos, 2004). Sobre o nome Cataguá, Guimarães (2024, p. 43) relata divergências entre tradições locais na bacia do rio Verde, que tratam o Cataguá como um povo, e autores que abordam o caráter genérico do nome, atribuído a diversos grupos do tronco Macro-Jê; há autores que, inclusive, negam uma presença “cataguá” na bacia do rio Verde (Paranhos, 2005, p. 17-18). Sobre os Carijó, Monteiro (1994, p. 53) o aponta como nome genérico atribuído principalmente a vários povos Guarani do sul do Brasil e do sul e sudoeste de São Paulo.

A chegada dos colonizadores à bacia do rio Verde, a partir do final do século XVI⁶, deu origem a povoados como Aiuruoca, Baependi e Campanha. As três localidades têm suas origens descritas por Paranhos (2007, p. 61-70), que aborda a procura por ouro e a abertura de caminhos pela Serra da Mantiqueira e vale do rio Verde como antecedentes desses locais. Aiuruoca, Baependi e Campanha tornaram-se paróquias na primeira metade do século XVIII e os registros paroquiais trazem uma razoável quantidade de referências a indígenas, principalmente “carijó” (Guimarães, 2025, p. 14-30).

Além desses indígenas escravizados por paulistas e trazidos ao sul de Minas, havia

⁵ Em 1744, foi batizado, em Baependi, um indígena a quem o padre atribuiu ser da “nação Paressi”. Provavelmente, refere-se ao povo Pareci, de Mato Grosso, que mantinha contato com bandeirantes paulistas desde o século XVII, sendo por eles capturados e escravizados (Guimarães, 2025, p. 23).

⁶ Paranhos (2005, p. 15) menciona a expedição do português Martim Corrêa de Sá, acompanhado pelo inglês Anthony Knivet, que, em 1597, alcançou o rio Verde após passar o Vale do Paraíba e a Serra da Mantiqueira, em busca de indígenas para aprisionar. O mesmo autor (2012, p. 207) menciona a expedição de Braz Cubas e Luís Martins que, em 1560, alcançou o rio São Francisco após a passagem pela Serra da Mantiqueira e por vários rios, incluindo o Verde.



populações indígenas locais em pontos da bacia do rio Verde ao longo do século XVIII. É o que aponta, por exemplo, a datação de uma das peças cerâmicas encontradas e descritas pela Zanettini Arqueologia (2017, p. 126): através de termoluminescência⁷, a peça foi datada em 260 ± 42 anos, ou seja, 260 anos com possibilidade de ser 42 anos mais recente ou mais antiga. Isso a situaria entre os anos de 1715 e 1799, contemporânea à formação das primeiras vilas e povoados do sul de Minas e, especificamente, à formação do povoado de Espírito Santo das Catanduvras (atual Varginha), cujo primeiro registro data da década de 1760 (Sales, 2003, p. 30). Por outro lado, a datação vai na contramão da tradição local segundo a qual os indígenas haviam sido “dizimados ou expulsos pelos bandeirantes” (Sales, 2007, p. 50). Essa informação e futuras pesquisas (por exemplo, os desdobramentos do projeto Cataguá nas Catanduvras) têm potencial de esclarecimento sobre lacunas no conhecimento a respeito da presença indígena na bacia do rio Verde.

A partir do século XIX, há três situações que evidenciam presença indígena na bacia do rio Verde, abordadas por Freitas e Guimarães (2022, p. 21-22): a diluição dos indígenas na categoria “pardo”, o uso da nomenclatura “caboclo” e a autodeclaração nos censos do IBGE. No caso dos pardos, Santana do Ó (2018, p. 19) afirma:

Durante o século XIX, tentou-se, portanto, afirmar que os índios estavam incorporados à população [...]. Por estas razões, o recomendável é sempre desconfiar dos dados demográficos oficiais no Oitocentos. [...] O pardo não seria a mistura que o Estado tanto queria exaltar? Dessa forma, é possível pensar que muitos índios acabaram sendo contabilizados como pardos.

A autora traz essa abordagem atrelada ao contexto do discurso de construção da identidade nacional, que incluía a “mistura” dos indígenas à população com a finalidade de, posteriormente, afirmar a inexistência dos indígenas – que era, portanto, mais vontade política do que realidade (Santana do Ó, 2018, p. 21-22). A autora também discute o termo “caboclo”, usado como nomenclatura para os indígenas “misturados” à sociedade nacional, ao contrário dos idealizados e míticos “índios puros” (Santana do Ó, 2018, p. 12). Sobre a autodeclaração, o IBGE a utiliza desde o Censo de 1991, questionando a pessoa se ela se declara preta, parda, branca, amarela ou indígena (IBGE Educa, s/d); nos municípios abrangidos pela bacia do rio

⁷ “A Termoluminescência (TL) ou luminescência termicamente estimulada em sólidos (isolantes ou semicondutores) é um fenômeno físico, que envolve a emissão de luz, principalmente de luz visível, quando esses sólidos são aquecidos depois de terem sido expostos a algum tipo de radiação, tal como, radiação nuclear (raios alfa, beta, gama), raios X, radiação ultravioleta (UV) e, às vezes, luz visível. O fenômeno da termoluminescência permite realizar trabalhos de datação arqueológica e dosimetria das radiações.” (Antunes e Souza, 2021, p. 1).



Verde, houve quem se autodeclarasse indígena nos últimos censos (IBGE, 2022).

Em todas as situações – nomenclaturas “pardo” e “caboclo” e autodeclaração no censo –, não há como saber se os indígenas eram de grupos locais ou vindos de fora e quais seriam seus povos. Apagamentos feitos nas documentações oficiais, preconceitos e violências diversas contra os povos indígenas na História do Brasil acarretaram a situação de, hoje, muitos terem consciência de uma origem indígena, mas sem detalhes sobre ela.

ABORDAGENS DECOLONIAIS NA ESCOLA

Com os dados históricos e arqueológicos apresentados a respeito da História Indígena na bacia do rio Verde, sul de Minas Gerais, pode-se cumprir, com a devida qualidade, a Lei Federal nº 11645/2008 (ensino de História Indígena nas escolas), e o *caput* do artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que determina que o currículo escolar deve contemplar as características regionais da realidade do aluno. Por outro lado, mais do que cumprir leis, o ensino de História Indígena regional é um importante compromisso com a diversidade cultural que caracteriza a formação histórica e social da região (aqui, especificamente, a bacia do rio Verde).

Na perspectiva de decolonialidade como lógica humanizadora que ressalta culturas, símbolos e saberes indígenas, algumas propostas podem ser feitas para que a História Indígena regional seja apresentada aos alunos, discutida, pesquisada, aprofundada e compreendida como importante elemento da formação da região em que vivem os alunos.

Uma primeira proposta envolve a análise de narrativas em torno da História Indígena. O professor pode, em sua região, pesquisar obras – acadêmicas ou não, de autores indígenas ou não – que apresentem visões sobre a presença indígena, debatendo com os alunos essas visões e como elas influenciam na maneira de produzir conhecimento. No caso específico das escolas de Elói Mendes, sul de Minas (e outras localidades da região), uma sugestão, a partir dos dados apresentados no capítulo anterior, é trabalhar com trechos de obras de memorialistas (por exemplo, as edições do *Almanack Sul-Mineiro* ou autores mais recentes entre os mencionados), informações arqueológicas recentes e dados dos censos do IBGE sobre autodeclaração indígena. Esses materiais permitem discussões e atividades que contraponham o discurso eurocêntrico de extinção dos povos indígenas (tradições locais sobre dizimação, por exemplo) e as pesquisas que mostram presença indígena contemporânea à formação dos primeiros núcleos não-indígenas e a persistência da presença indígena até hoje, de uma forma que destoa



do imaginário popular sobre o indígena (um ser em estado selvagem que vive nas matas).

Outra proposta foca saberes indígenas e cultura material. O professor pode pesquisar, com os alunos, conhecimentos indígenas envolvidos na confecção de materiais diversos (por exemplo, cerâmicas). Essa pesquisa pode ocorrer dentro da escola (uso de tecnologias digitais) e fora dela (visitas a museus e aldeias, convite a participação de detentores de saberes indígenas, entre outras). No caso de Elói Mendes, uma sugestão é a visita ao Museu Municipal de Varginha (município vizinho), onde os alunos têm contato com peças indígenas do acervo que embasem, por parte dos professores, oficinas e projetos de pesquisa em torno dos saberes indígenas envolvidos na produção cerâmica.

A terceira proposta abrange os dados dos censos do IBGE sobre autodeclaração. O professor pode apresentar aos alunos dados comparativos sobre os que se declararam indígenas desde o censo de 1991. A partir desses dados, promover discussões sobre apagamento histórico do indígena por trás de termos como “caboclo” ou diluição na categoria de “pardos”, além de pensar a autodeclaração como ato de afirmação, ressurgência e resistência. No caso de Elói Mendes, os dados dos censos podem ser utilizados para levar os alunos a discutirem as razões que levam uma pessoa a se declarar indígena mesmo que não saiba detalhes de sua origem étnica (por exemplo, a que povo pertence) e o uso de nomenclaturas diversas (caboclo, bugre, etc) no contexto regional.

Uma última proposta que aqui apresentamos foca os nomes dos povos indígenas. Como, muitas vezes, há generalização de saberes e culturas indígenas, como se fosse tudo “a mesma coisa”, é importante que o professor descentralize o conhecimento eurocêntrico ao apresentar os nomes dos povos que habitaram ou habitam sua região e analisar como a colonialidade afeta as identidades dos povos indígenas. Em diversas áreas com presença indígena além da autodeclaração (por exemplo, locais com aldeias), o trabalho fica ainda mais rico se integrado a pessoas indígenas da região. No caso específico de Elói Mendes, o professor pode explorar essa perspectiva ao propor pesquisas detalhadas sobre povos como o Puri e sobre nomes genéricos como “Cataguá” e “Carijó”; nesse último caso, para identificar quem são os povos invisibilizados por esses nomes genéricos. Ou ainda, o professor pode conduzir, com os alunos, pesquisas sobre palavras de origem indígena de uso comum na localidade (por exemplo, o primeiro nome de Elói Mendes foi Mutuca e esse nome ainda é utilizado no cotidiano local); essas pesquisas são importantes para identificar, detalhadamente, que povos estão por trás dessas palavras, a fim de não reduzi-las meramente à categoria genérica de “nomes indígenas”.



CONCLUSÃO

A decolonialidade, enquanto ferramenta de humanização dos saberes e das culturas invisibilizadas pelo eurocentrismo, permite variadas oportunidades para que professores, em suas práticas nos ambientes educacionais, apresentem a diversidade cultural formadora da sociedade e da história de sua região.

No caso da área da bacia do rio Verde, sul de Minas, há uma rica História Indígena cada vez mais pesquisada e analisada, em especial sob as perspectivas histórica e arqueológica. Isso oferece aos professores da região (especialmente, aos do município de Elói Mendes, parte da área da bacia do Verde) possibilidades de desenvolverem práticas que, muito além do cumprimento de leis, fortaleçam o reconhecimento das histórias e culturas indígenas como integrantes da identidade regional.

O olhar das novas gerações sobre a História Indígena de suas regiões precisa ser destituído do eurocentrismo que, na ótica da colonialidade, estereotipa e desumaniza contribuições, culturas e saberes (tanto indígenas quanto africanos), seja generalizando-os ou negando-os, diluindo-os em “manifestações folclóricas”, entre outras atitudes. Essa mudança no olhar das novas gerações passa por uma formação docente capaz de reconhecer as múltiplas dinâmicas históricas, culturais e sociais da região em que vive o professor. Apropriando-se de novos, profundos e diversificados conhecimentos, o professor é capaz de trabalhar por transformações que humanizem o que, historicamente, foi desumanizado sob o poder colonizador.

Pesquisas como essa intentam contribuir para práticas docentes renovadas e com olhar mais amplo sobre a diversidade cultural que caracteriza a formação do Brasil e cada uma de suas muitas localidades. Longe de esgotar as possibilidades de trabalhar História Indígena regional, essa pesquisa amplie visões e aprofunde compromissos docentes com uma História sempre viva e forjada por lutas, resistências e ressurgimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, José Otávio. *Quem eram os índios Puri-Coroado da mata central de Minas Gerais no início dos oitocentos? Contribuições dos relatos de Eschwege e Freyreiss para uma polêmica (1813-1836)*. Revista Mosaico, v. 4, n. 2, p. 197-211, jul/dez.2010. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/download/2382/1468> Acesso em 17 ago.2025.

ANTUNES, Fernando Iglesias; SOUZA, Seila Rojas de. *Termoluminescência: uma revisão de modelos cinéticos*. 15º Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão, Universidade Federal da



Grande Dourados, 2021. Disponível em: <http://eventos.ufgd.edu.br/enepe/anais/arquivos/4851.pdf> Acesso em 15 ago.2025.

CENTRO DE MEMÓRIA DO POVO PURI. *O povo Pury*. Disponível em: <https://povopuri.wixsite.com/memoriapuri/a-etnia-indigena-puri> Acesso em 17 ago.2025.

DIAS, Ondemar. *Breves notas a respeito das pesquisas no sul de Minas Gerais*. Publicações avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, nº 15, 1971, p. 133-145.

FERREIRA, Beathriz; BARBOSA, Amanda. *Puri*. Disponível em: <https://opierj.org/puri/> Acesso em 17 ago.2025. Observatório da Presença Indígena no Estado do Rio de Janeiro (OPIERJ).

FREITAS, Otávio Augusto Pereira; GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. *Cataguá nas Catanduvás: Ocupação humana e História Indígena do município de Varginha - MG*. Batatais: Gráfica Castelo, 2022. Publicação promovida pela Fundação Cultural de Varginha, para fins de Educação Patrimonial através da Coordenadoria Técnica do Patrimônio Cultural, do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Varginha e do Museu Municipal de Varginha. Disponível em: https://fundacaoculturaldevarginha.com.br/wp-content/uploads/2022/11/cartilha_catagua.pdf

GUIMARÃES, Armelim. *História de Itajubá*. Itajubá: Edição do autor, 1985.

GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. *Contribuições da presença indígena na região da bacia do rio Verde no sul de Minas Gerais como proposta para formação continuada dos professores de História da rede municipal de ensino de Elói Mendes (2024)*. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidad Del Sol, Ciudad Del Este, 2024. Disponível em: https://www.academia.edu/127190419/Contribui%C3%A7%C3%B5es_da_presen%C3%A7a_ind%C3%ADgena_na_regi%C3%A3o_da_Bacia_do_Rio_Verde_no_sul_de_Minas_Gerais_como_proposta_para_forma%C3%A7%C3%A3o_continuada_dos_professores_de_Hist%C3%B3ria_da_Rede_Municipal_de_Ensino_de_El%C3%B3i_Mendes_MG_2024

GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. *História Indígena na bacia do rio Verde: Dados históricos e propostas pedagógicas*. Varginha/MG: Edição do autor, 2025.

GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. *Histórias e culturas indígenas na Mantiqueira e vale do rio Verde*. Timburi/SP: Cia. do Ebook, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/75175243/Hist%C3%B3rias_e_Culturas_Ind%C3%ADgenas_na_Mantiqueira_e_Vale_do_Rio_Verde

IBGE EDUCA. *Cor ou raça*. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html> Acesso em 19 ago.2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2022 – Panorama*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 19 ago. 2025. Pesquisa pelo município no campo “Local”.



LEFORT, Monsenhor José do Patrocínio. O sul de Minas e as bandeiras. In: PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA. *Campanhenses ilustres*. Campanha: 1996. Volume nº 8.

LEMONS, Marcelo Sant'Ana. *O índio virou pó de café?: a resistência dos índios Coroados de Valença frente à expansão cafeeira no Vale do Paraíba (1788-1836)*. 2004. 269 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/13190/1/Dissertacao%20Marcelo%20S%20Lemos.pdf> Acesso em 17 ago.2025.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 27-54.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

OLIVEIRA, Ênio Sebastião Cardoso de. *O paradigma da extinção: desaparecimento dos índios Puris em Campo Alegre no sul do Vale do Paraíba*. XV Encontro Regional de História, ANPUH – RJ, 2012. Disponível em: https://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338164121_ARQUIVO_OParadigmaExtincao.pdf Acesso em 12 ago.2025.

PARANHOS, Paulo. *A passagem bandeirante pelo Caminho Velho das Minas Gerais*. Revista da ABRASP, nº 11, 2005, p. 11-24. Disponível em: https://www.asbrap.org.br/artigos/rev11_art2.pdf Acesso em: 14 ago.2025.

PARANHOS, Paulo. *Os primeiros núcleos populacionais no Sul das Minas Gerais*. Revista da ASBRAP, nº 13, 2007, p. 61-70. Disponível em: https://www.asbrap.org.br/artigos/rev13_art2.pdf Acesso em 18 ago.2025.

PARANHOS, Paulo. *Subsídios para a História de Itamonte*. Revista da ABRASP, nº 19, 2012, p. 205-216. Disponível em: https://www.asbrap.org.br/artigos/rev19_art2.pdf Acesso em: 05 fev.2025.

PAULA, Alcebíades Viana de. *Achados arqueológicos na região de Varginha*. Revista da Associação Médica de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 19, nº 2, 1967, p. 98-106.

SALES, José Roberto. *Breve história de Varginha-MG 1763-1922*. Varginha: Edição do autor, 2007. Disponível em: <https://fundacaoculturaldevarginha.com.br/wp-content/uploads/2021/04/Breve-Historia-de-Varginha-1763-a-1922-.pdf> Acesso em 01 ago.2025.

SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha 1763-1920*. Varginha: Gráfica Editora Sul-Mineira, 2003. Disponível em: https://www.fundacaoculturaldevarginha.com.br/arquivos/colecao-joserobertosales/espírito_santo_da_varginha_1763_1920.pdf Acesso em 01 ago.2025.



SANTANA DO Ó, Elaine. Discutindo o trabalho indígena na mata sul de Pernambuco na segunda metade do século XIX. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em História, Campina Grande, PB. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/1825> Acesso em 13 abr.2025.

TEIXEIRA, Luiz Gonzaga. *Cristina*. Belo Horizonte: Edição do autor, 2013

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1874*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874. Disponível em: https://www.academia.edu/127402624/Almanach_Sul_Mineiro_1874 Acesso em 27 jul.2025.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Programa de Resgate e Educação Patrimonial PCH Boa Vista II - Município de Varginha, Estado de Minas Gerais*. Relatório final de resgate arqueológico. Jun.2017. Coordenado por Paulo Eduardo Zanettini.

